

TEORIA DA GRAMÁTICA E DIALECTOLOGIA DO
PORTUGUÊS BRASILEIRO

GRAMMATICAL THEORY AND DIALECTOLOGY OF THE
BRAZILIAN PORTUGUESE

Rerisson Cavalcante de Araújo

Universidade Federal da Bahia

rerissonaraujo@yahoo.com.br

RESUMO: O artigo discute a falta de conhecimento sobre as diferenças sintáticas internas ao português brasileiro (PB) para tratar da necessidade e das possibilidades de descrição da variação espacial da gramática do PB através da conjugação das teorias formalistas sobre a linguagem e os métodos de levantamento e análise de dados da dialectologia e da geolinguística, em especial, pela construção de atlas linguísticos. Para isso, discute aspectos da metodologia do maior projeto de geolinguística do país, o Atlas Linguístico do Brasil (ALiB); descreve também a experiência de alguns atlas sintáticos europeus, inspirados na perspectiva microparamétrica da gramática gerativa.

PALAVRAS-CHAVE: sintaxe, variação dialetal, geolinguística, atlas linguísticos, linguística formal.

ABSTRACT: This paper discusses our lack in knowledge about Brazilian Portuguese (BP) dialectal differences in syntax in order to bring about the need for the description of the spatial variation in PB grammar. For that, it discusses ways of the articulation between formalist theories of language and the methods of dialectology and geolinguistics, in special, by the construction of linguistic atlas. It describes some aspects of the most important Brazilian geolinguistic project, the Linguistic Atlas of Brasil (ALiB), the experience of some syntactic atlas of European languages, inspired by the microparametric perspective in generative grammar.

KEY-WORDS: syntax, dialectal variation, geolinguistics, linguistic atlas, formal linguistics.

Introdução

Este artigo trata das lacunas que existem no nosso conhecimento sobre a sintaxe dialetal do português brasileiro (PB), ou seja, sobre as diferenças gra-

maticais entre os diversos estados e regiões do nosso território, para discutir a necessidade e possibilidade de descrever a sintaxe do PB em perspectiva diatópica, através da articulação entre teorias formalistas sobre a linguagem (gramática gerativa, morfologia distribuída, semântica formal) e os instrumentos de coleta e tratamento de dados da dialectologia e da geolinguística como, por exemplo, os atlas linguísticos.

O texto está organizado da seguinte forma: na seção 1, levanto a questão sobre a extensão e as lacunas no nosso conhecimento sobre a sintaxe dialetal do PB e a necessidade de mapeamento das diferenças geográficas nos fenômenos gramaticais; na seção 2, descrevo, brevemente, aspectos gerais dos métodos da geografia linguística na elaboração de atlas; na seção 3, descrevo aspectos da metodologia do Projeto Atlas Linguístico do Brasil, com especial atenção para as possibilidades de descrição de fenômenos morfossintáticos; na seção 4, descrevo algumas características de três atlas sintáticos de línguas europeias (o SAND, o ASIS e o ASinEs), conduzidos através da conjugação da perspectiva microparamétrica da gramática gerativa com a metodologia dos estudos geolinguísticos; na seção 5, discuto algumas possibilidades para, a partir da experiência nacional e internacional, realizar o mapeamento das diferenças sintáticas internas ao PB; na seção 6, encerro o artigo.

1. A sintaxe dialetal do PB é importante para os formalistas?

A descrição das propriedades gramaticais¹ do PB em perspectiva formal tem tido o foco principal em dois aspectos: (i) na identificação de diferenças entre o PB e o português europeu (PE), bem como em relação a outras línguas; (ii) nas mudanças linguísticas em relação a estágios anteriores da língua.

Esses aspectos são desdobramentos naturais do modelo de Princípios e Parâmetros da Gramática Gerativa, que, como aponta Duarte (2005), conseguiu o feito de possibilitar uma articulação inédita entre teoria gramatical, linguística comparada, mudança linguística e aquisição da linguagem (cf. também GALVES, 1995).

¹ Ao longo do texto, “gramática” se refere à morfossintaxe, mas também à semântica que podemos qualificar de “sintática”, ou seja, a fenômenos semânticos que interagem direta ou indiretamente com a estrutura gramatical, objeto de estudo da semântica formal e da semântica lexical entendida como interface entre o léxico e a estrutura da sentença. Essa informação é relevante, pois, na tradição dialetológica, há uma grande ênfase à semântica ou semântica lexical, mas entendida em sentido mais lexicológico e/ou estruturalista.

A essas duas vertentes, podemos acrescentar também a descrição da variação na frequência de ocorrência de fenômenos gramaticais entre diferentes classes sociais, que envolve uma perspectiva eminentemente sociolinguística, mas que tem, em muitas pesquisas, sido conduzida por uma conjugação dos métodos quantitativos/estatísticos da Teoria da Variação com os instrumentos teóricos de descrição gramatical de teorias formalistas.

Uma dimensão que não tem sido muito explorada na descrição formal da gramática do PB é a geográfica ou dialetal. Falta-nos um maior conhecimento das diferenças sintáticas e gramaticais entre os diferentes dialetos do país. Essa lacuna no conhecimento da sintaxe dialetal foi, inclusive, objeto de comentários na discussão de trabalhos em eventos acadêmicos recentes, a exemplo do *Encontro Intermediário do GT de Teoria da Gramática*, realizado em julho de 2017 na UFBA.

O primeiro objetivo deste artigo é levantar a pergunta sobre a necessidade (ou não) de uma maior atenção ou ênfase à pesquisa em sintaxe dialetal no Brasil. A diversidade dialetal na gramática do PB deve ser um tema importante para os formalistas (sintaticistas, morfólogos e semanticistas)? Devemos lançar mão de esforços específicos para a descrição (e descoberta) sistemática dessa variação espacial nos fenômenos gramaticais? Os linguistas formalistas devem passar a se dedicar a essa dimensão? Ou, ao contrário, podemos assumir, a partir dos dados já conhecidos, que as diferenças sintáticas no Brasil são mínimas (e/ou já conhecidas) e que sua investigação pode continuar em segundo plano em relação aos estudos diacrônicos, comparativos etc?

Essa não é uma pergunta retórica. Na descrição da variação linguística no Brasil, é quase um ponto pacífico de que as diferenças internas ao PB se dão mais no nível social — com diversidade significativa entre os dialetos chamados cultos e os populares — do que no nível geográfico (cf. CALLOU et al, 2006).

Devido à breve história linguística do português no Brasil (em comparação, por exemplo, com a longa história das línguas neolatinas na Europa²) e à unidade político-territorial brasileira, não seria impossível supor que as

² Refiro-me ao fato de que, considerando a cronologia da colonização do território, o português estaria se diferenciando no Brasil a cerca de (apenas) três séculos, enquanto, por exemplo, o italiano, o francês etc estão se diferenciando na Europa há dez, quinze ou vinte séculos (a depender do critério adotado para a contagem). O mesmo vale, evidentemente, para muitos outros casos, como a história das línguas indígenas na América, que se diferenciaram espacialmente por muitos séculos antes da descoberta das Américas etc. Some-se a isso o fato de que, na curta história linguística do PB no Brasil, o século XX viu a força massiva das telecomunicações agindo como uma força contrária à diferenciação geográfica.

diferenças sintáticas no PB existam, mas sejam menores e/ou que já tenham sido, em grande parte, descobertas pelas pesquisas realizadas ao longo das últimas décadas. Nesse caso, não se trataria de negar espaço à pesquisa em sintaxe dialetal, mas não considerá-la como uma prioridade ao lado ou acima das demais linhas de descrição da gramática do PB.

Por outro lado, há vários fatores que apontariam para a importância do mapeamento da sintaxe dialetal brasileira.

O primeiro deles é a cronologia da colonização das diversas regiões do país. O fato de que, por exemplo, o povoamento do Norte e Nordeste se iniciou séculos antes do povoamento (sistemático) da região Sul pode, inegavelmente, afetar a distribuição de versões distintas da gramática do PB.

O segundo fator é a diferença quanto ao contato continuado com outras línguas, indígenas e estrangeiras. Na grande maioria do território, o PB desponta como a única língua com a qual os falantes têm contato diário. Entretanto, não nos faltam regiões fronteiriças em que o PB convive cotidianamente com o espanhol e até mesmo com variedades do português faladas fora do Brasil (cf., por exemplo, SIMIONI, 2017). Além disso, não podemos desprezar as regiões de contato entre o PB e as línguas indígenas remanescentes no país. Assim como no item anterior, isso representa uma alteração na natureza dos dados linguísticos primários que servirão de modelo para a fixação dos parâmetros gramaticais durante a aquisição.

O terceiro fator diz respeito às nítidas diferenças prosódicas que existem entre as regiões do país. A interação entre gramática e prosódia é essencial para a determinação da aceitabilidade de diversas construções sintáticas e fenômenos semânticos, como, por exemplo, as leituras associadas às construções de focalização, clivagem e pseudoclivagem (cf. FERNANDES-SVARTMAN, 2012), a ordem de constituintes (cf. FIGUEIREDO SILVA; SEARA, 2009).

O quarto está relacionado aos fatos que já conhecemos sobre o PB. Há um conjunto de fenômenos gramaticais que já sabemos que se comportam diferentemente em algumas regiões do país, embora não possamos traçar com precisão os limites geográficos de sua ocorrência. Vejamos alguns deles, a título de exemplo, sem pretensão de exaustividade.

a) Perda da preposição dativa

Desde Scher (1996), sabemos que a omissão da preposição em complementos dativos, com ou sem adjacência ao verbo, como “João deu um presente o pai”, ocorre em parte de Minas Gerais. A omissão também ocorre/ocorria no dialeto de Helvécia (sul da Bahia), mas com restrições sintáticas diferentes,

necessariamente em adjacência (cf. CAVALCANTE et al., 2012). À primeira vista, a queda da preposição é inaceitável na maioria dos demais dialetos, mas é possível que haja outras regiões em que o fenômeno ocorra, com restrições semelhantes ou não.

b) *Lhe* acusativo de segunda pessoa

No PB baiano, o *lhe* assume o lugar de *te* como clítico de segunda pessoa do singular, com valor tanto de dativo quanto de acusativo: “Eu *lhe* vi” (cf. ALMEIDA, 2009). O fenômeno também ocorre em outras regiões, como no Ceará (cf. ARAÚJO; CARVALHO, 2015). Mas qual a extensão geográfica desse fenômeno? A alternância existe em todos os dialetos? Com as mesmas restrições sintáticas?

c) Artigos com nomes próprios.

Este talvez seja um dos fenômenos cuja distribuição é mais conhecida, em parte por ser algo imediatamente perceptível por qualquer falante, mas também por ter sido objeto de várias investigações diatópicas, como, por exemplo, a partir dos dados do NURC. Callou et al. (2006: 282) apontam que o uso do determinante é pouco expressivo em Salvador e Recife, mas bastante produtivo em São Paulo, Porto Alegre e Rio de Janeiro. Outras regiões do nordeste parecem seguir o padrão de Salvador e Recife, mas parte do Ceará usa produtivamente o artigo com nomes próprios. Falta, de qualquer modo, uma caracterização mais detalhada do comportamento dos muitos dialetos quanto a isso.

d) Negação sentencial dupla

A negação pré-verbal (“Não quero viajar”) é default em todos os dialetos. A dupla (“Não quero viajar não”) também parece estar presente em todos eles (existe, inclusive, no PE, com valor enfático), mas é possível que haja regiões em que ela esteja ausente. Mais importante: não necessariamente a dupla negativa tem os mesmos valores discursivos e a mesma distribuição sintática em todas as regiões. No Nordeste e em parte do Sudeste, claramente não há valor enfático. Nas demais regiões, a dupla também é não-enfática ou em ou, em algum dialeto, ela assume o valor enfático que prevalece no PE?

e) Negação sentencial final

Por outro lado, a negativa exclusivamente final (“Quero viajar não”) parece estar ausente em vários dialetos do sul do país. As questões são: em quais

dialetos exatamente a negativa final está ausente/presente? Onde está presente, sempre tem os mesmos valores e restrições? (cf. CAVALCANTE, 2016).

d) Substituição do subjuntivo pelo indicativo

Em dialetos do sudeste, o subjuntivo é substituído pelo indicativo (“Você quer que eu *busco* isso?”) em contextos em que, nos dialetos nordestinos, o subjuntivo é (quase) obrigatório.

f) Imperativo

De um modo geral, há dialetos em que a forma verbal utilizada para o imperativo é, majoritariamente, a subjuntiva (“Faça isso! / Conte logo!”), enquanto outros utilizam prioritariamente a forma do indicativo (“Faz isso! Conta logo!”) (cf. SCHERRE et al., 2007).

O mapeamento da sintaxe dialetal não tem o objetivo apenas de identificar a distribuição geográfica dos fenômenos, mas também verificar se as restrições e condicionamentos formais são os mesmos ou diferem de dialeto para dialeto; e, mais importante, descobrir novas diferenças gramaticais desconhecidas.

A descrição da sintaxe dialetal também encontra respaldo em outro dos desenvolvimentos do modelo de Princípios e Parâmetros, isto é, na perspectiva microparamétrica (cf. KAYNE, 1996). Esta propõe uma ênfase na variação sintática entre dialetos (ou línguas) muito próximos, proporcionando uma interação bastante frutífera entre teoria gramatical e dialectologia. Ao discutir a metodologia do *Atlas Sintático da Itália Setentrional*, Benincà e Poletto (2007) afirmam:

Dialectology constitutes a privileged observation point for determining language variation, just because it studies minimally different systems. As such, it is as close as possible to a scientific experiment where variables (intended as differences in grammar) are controlled and few independent factors interfere with the study of a single grammatical property.
(Benincà & Poletto, 2007)

Nessa perspectiva, a sintaxe dialetal não contribui apenas para a descoberta da distribuição de fenômenos gramaticais, mas também para a compreensão dos limites das gramáticas possíveis das línguas humanas.

Para a execução de um mapeamento das diferenças gramaticais diatópicas no PB, os linguistas formalistas precisam compreender:

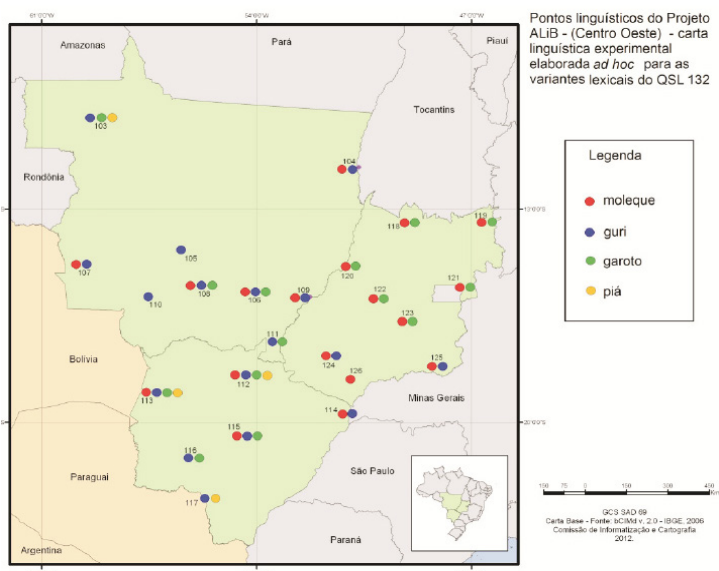
- a. quais são os métodos utilizados pela dialetologia e geolinguística;
- b. quais os projetos de geolinguística dedicados ao mapeamento do PB;
- c. qual a metodologia aplicada nesses projetos;
- d. qual o espaço (se houver) dedicado nesses projetos nacional a questões de natureza gramatical;
- e. como os dados produzidos por esses projetos podem ser utilizados para outras pesquisas gramaticais;
- f. que projetos de dialetologia especificamente sintática/gramatical existem fora do Brasil;
- g. em que os exemplos desses projetos (nacionais e internacionais) podem contribuir para o mapeamento das diferenças gramaticais entre os diferentes dialetos do PB, ou seja, para a construção de atlas especificamente sintáticos do Brasil.

2. Métodos da geolinguística

A geolinguística é uma subárea da dialectologia interessada na descrição e representação da variação espacial de uma língua através de meios cartográficos. O principal produto da metodologia geolinguística é a confecção de atlas linguísticos, que são conjuntos de mapas dedicados a representar visualmente a distribuição de fenômenos linguísticos por um território.

A imagem abaixo, retirada de Romano et al. (2014), traz um exemplo de uma carta linguística (experimental), criada para representar a distribuição das variantes lexicais para o conceito ‘menino’ na região centro-oeste do Brasil.

Figura 1: Exemplo de carta linguística. Fonte: Romano et al. (2014)



Entre as vantagens das cartas linguísticas, temos a condensação de muitas informações em forma visualmente mais acessível, além da possibilidade de se traçar as continuidades e descontinuidades na distribuição de traços linguísticos, através das chamadas isoglossas.

Majoritariamente, as cartas linguísticas têm sido utilizadas para representação de fenômenos lexicais e fonéticos, mas podem, perfeitamente, ser utilizadas para fenômenos morfológicos, sintáticos e de interface.

Para a confecção de cada carta, é preciso possuir informações sistemáticas sobre a ocorrência (ou não-ocorrência) do fenômeno em questão em todas as localidades a serem representadas no mapa. Isso é obtido a partir da aplicação de questionários padronizados a informantes nativos de cada localidade. Ao longo de sua história, a geolinguística utilizou-se dos seguintes métodos principais de coleta de dados. Quanto ao modo de aplicação dos questionários, eles podem ser:

- a. Questionários enviados por correspondência.
- b. Questionários aplicados *in locu* por inquiridores treinados.

Quanto ao modo de enunciação das questões:

- a. Questionários com perguntas diretas.
- b. Questionários com perguntas indiretas.

O método por correspondência pode ser exemplificado pela primeira pesquisa geolinguística, realizada entre 1877 a 1887 por Georg Wenker, que enviou a 50 mil diretores de escolas na Alemanha um questionário com frases em alemão padrão para serem traduzidas para os dialetos locais. Com pouquíssimas exceções, esse método não foi seguido pelas pesquisas posteriores, que optaram majoritariamente pelo levantamento *in locu*.³

A pesquisa *in locu* se inicia com o filólogo francês Jules Gilliéron treinando o caixeiro viajante Edmond Edmont para percorrer a França, entre 1896 e 1900, aplicando um questionário com perguntas diretas e registrando as respostas em transcrição fonética. As perguntas diretas se referem explicitamente ao item linguístico em foco: “Como se chama ‘X’ aqui?”, “Você já ouviu falar de X? O que é X?”, “Aqui se usa a palavra X?”.

A maioria das pesquisas seguintes seguiu o padrão estabelecido por Gilliéron, optando pelo levantamento de dados *in locu*, com inquiridores treinados tanto para a aplicação das questões quanto para a transcrição fonética das respostas (até que a popularização dos gravadores portáteis tornou a transcrição imediata desnecessária), mas com perguntas formuladas de modo indireto, em que o elemento linguístico a ser documentado não é referido diretamente pelos inquiridores. Por exemplo: “Como se chama um objeto que se põe sobre o cavalo para carregar...?”, “Quais são os nomes dos meses do ano?”.⁴

³ Uma das exceções ao predomínio da pesquisa *in locu* é o *Survey of Scottish Dialects*, iniciado em 1952 através do envio de questionários por correspondência, que teve dois volumes de cartas publicados em 1975 e 1977. Com o aumento recente de pesquisas em sintaxe, morfologia e semântica através de testes de aceitabilidade enviados por email ou coletados por questionários online, o método de questionários por correspondência não é incompatível com uma pesquisa em gramática dialetal, inclusive, por permitir mais facilmente a coleta de julgamento de aceitabilidade e o ranqueamento de sentenças por parte dos informantes.

⁴ Isso não impediu, por outro lado, que alguns projetos lançassem mão de perguntas diretas em um segundo momento, após a aplicação das perguntas indiretas. No *Atlas Prévio dos Falares Baianos* (de 1963), por exemplo, após a aplicação das perguntas indiretas, os inquiridores podiam fazer perguntas diretas sobre formas específicas, que haviam aparecido na região, mas não haviam sido enunciadas pelo informante. Em geral, as respostas obtidas pelos dois métodos são tratadas diferentemente na análise dos dados.

Na próxima seção, trato de aspectos metodológicos do Projeto Atlas Linguístico do Brasil (ALiB), em especial, do espaço dedicado direta ou indiretamente a questões de natureza sintática.

3. O Projeto ALiB

3.1. Aspectos metodológicos gerais

Como definido na sua metodologia, o Projeto ALiB (www.alib.ufba.br) realizou 1.100 inquéritos linguísticos em 250 cidades brasileiras, espalhadas por todo o território nacional, incluindo 25 capitais. Em cada localidade, foram entrevistados quatro informantes, dois homens e duas mulheres, distribuídos por duas faixas etárias (18 a 30 anos; 50 a 65 anos), com baixa escolarização (primeiro grau incompleto). Apenas nas capitais, foram entrevistados mais quatro informantes de nível superior.

Os *Questionários* do ALiB são constituídos por perguntas de naturezas distintas, agrupados em subquestionários, assim distribuídos⁵:

- a. Questionário Fonético Fonológico (QFF), com 159 perguntas indiretas.
- b. Questões de Prosódia, com pedidos para formulação de 11 sentenças afirmativas, interrogativas e imperativas.
- c. Questionário Semântico Lexical (QSL), com 202 perguntas indiretas.
- d. Questionário Morfossintático (QMS), com 49 perguntas indiretas.
- e. Temas para discurso semidirigido.
- f. Perguntas metalinguísticas.
- g. Texto para a leitura.

A própria divisão dos Questionários mostra que a metodologia do ALiB segue uma tendência recente na geolinguística de procurar ampliar as dimensões de análise para além dos tradicionais níveis fonético e lexical, para incluir, por exemplo, aspectos morfossintáticos, prosódicos, pragmáticos e metalinguísticos. Ainda assim, as perguntas fonéticas e lexicais ocupam, claramente, a maior parte da metodologia.

O QFF tem o objetivo de induzir o informante a pronunciar formas lexicais específicas, para captar as possíveis variações de pronúncia. Assim, para uma

⁵ Os questionários foram publicados em 2001, pela Editorial da UEL. Também estão disponíveis online na página do Projeto ALiB em: <https://alib.ufba.br/content/questionários>.

questão como “*Como se chama uma refeição que se faz, em geral, às 12 h?*”, são esperadas respostas como “almoço” ou “armoço”, mas não “comida” ou “ceia”.

O QSL, por outro lado, visa a obter as várias formas existentes para um mesmo conceito. Assim, para a pergunta referente ao conceito de BEIJA-FLORES, cuja formulação é “*Como se chama um passarinho bem pequeno, que bate muito rápido as asas, tem bico fino comprido e fica parado no ar?*”, não se espera apenas respostas como “beija-flor” ou “colibri”, mas qualquer outra forma que seja usada para o mesmo referente.

Dada a natureza das perguntas, a maioria das respostas são apenas palavras isoladas ou emissões curtas como “Não lembro”, “Esqueci”, etc, o que não permite o estudo de aspectos gramaticais, a não ser alguns relacionados diretamente ao contexto de interação pergunta-resposta, como, por exemplo, padrões de respostas curtas, padrões de negação sentencial, etc.

3.2. O questionário morfossintático

Além do QFF e do QSL, em que predominam respostas curtas, muitas vezes apenas com a enunciação de itens lexicais específicos isolados, os Questionários do ALiB também possuem uma série de questões voltadas para aspectos morfossintáticos do PB.

As questões do QMS estão divididas em função da classe morfológica dos itens em foco:

- a. Artigo: duas questões voltadas para o uso de artigo definido diante de nome próprio.
- b. Substantivos: dezoito questões, das quais:
 - três sobre o gênero de alguns itens lexicais (o/a alface, o/a cal, o/a guaraná).
 - 4 sobre a flexão de gênero feminino de alguns nomes (alemão, chefe, ladrão, presidente).
 - dez sobre o plural de alguns nomes (lápiz, anel, avental, pão, mão, leão, degrau, flor, chapéu, anzol, olhos).⁶
- c. Adjetivo: duas questões voltadas para o grau comparativo de grande/pequeno e de bom/mau.
- d. Pronome: 10 questões sobre os usos de eu/mim, tu/você (como sujeito), tu/você/a gente (indeterminado), nós/a gente, comigo/com eu/mais eu, conosco/com eu/mais eu, conosco/com nós/com a gente, seu/teu (em

⁶ Mas formuladas como uma única pergunta para descrever os itens presentes em gravuras.

- relação ao inquiridor), seu/teu (entre irmãos), seu/dele, menos/menas.
- e. Verbo: catorze questões, das quais: quatro questões abertas sobre o uso do presente do indicativo, do pretérito perfeito, do futuro do presente e do futuro do pretérito; e as demais sobre a forma de alguns verbos: vivem/vevem, ouço/ouvo, caibo/cabo, dei/di; soube/sube, estive/tive, trouxe/trussi, pus/ponhei, faz/fazem (existencial), ter/haver (existencial)
 - f. Advérbio: três questões sobre a colocação do “não” em frases negativas.

De um modo geral, os fenômenos gramaticais investigados são em número reduzido. Ao linguista formalista, chama a atenção a ausência de diversos outros fenômenos. Isso, entretanto, é consequência, primeiramente, do próprio fato de que o QMS tem que dividir espaço com outros questionários em um atlas que não é voltado especificamente para a morfossintaxe. Quarenta e nove questões dedicadas ao tema já são, na verdade, um espaço considerável.

Além disso, a formulação dos Questionários ocorreu entre 1996 e 2000, com a sua publicação em 2001, antes do início da coleta de dados *in locu*. A seleção de fenômenos reflete, em parte, o conhecimento gramatical do PB no período, em parte o pouco diálogo entre costuma existir entre dialetólogos e formalistas

3.3. É possível analisar a gramática através de outros dados do ALiB?

Além dos fenômenos que são objeto explícito de levantamento através do QMS, há como analisar dados de natureza gramatical a partir de outras partes dos inquiridos do ALiB? De um modo geral, para os atlas linguísticos colherem dados para um determinado fenômeno, este deve estar previsto explicitamente no seu questionário. Entretanto, a metodologia do ALiB fornece alguns casos em que questões voltadas para outras dimensões podem prover fonte de dados para aspectos morfossintáticos.

Como vimos em 3.1, no QFF e no QSL, pela própria natureza das perguntas e respostas, há uma grande limitação dos fenômenos gramaticais passíveis de análise, mas é possível investir vários aspectos relacionados à sintaxe e semântica da interação pergunta-resposta, como os padrões de resposta curta, negação sentencial, pronomes de tratamento etc.

A situação é diferente nas *Questões de Prosódia*, em que se pede aos informantes a elaboração de quatro sentenças interrogativas, três afirmativas e quatro imperativas. Mais especificamente: duas **interrogativas alternativas** (“Oh, meu amigo, você prefere vinho ou cerveja?”, “Oh, meu amigo, você toma leite ou café?”), duas **polares** (“Você vai sair hoje?”, “Eu vou sair hoje, doutor?”); uma **afirmativa responsiva** (“Você vai sair hoje”) e duas afirmativas

não-responsivas *out of the blue* (“Oh, gente, estou muito aborrecido com o que aconteceu”, “Oh, gente, estou muito feliz com o resultado do trabalho”); e duas **imperativas afirmativas** (“Oh, meu filho, saia da chuva!”, “Oh, meninos, venham almoçar!”), uma **imperativa negativa** (“Não mexa nisso, menino!”) e uma **afirmativa usada como imperativo** (“Você vai sair hoje!”).

Outra fonte para o estudo de fenômenos sintáticos se encontra nos Temas para Discursos Semi-Dirigidos, inspirados pela metodologia sociolinguística, em que se pede para o informante fazer (i) um relato pessoal de “um acontecimento marcante em sua vida”; (ii) um comentário sobre os “programas de televisão” que ele “gosta mais e porquê”; (iii) uma descrição sobre o próprio trabalho; (iv) um relato não-pessoal, de um fato que tenha ouvido falar ou acontecido com um amigo.

Esses trechos de discurso livre, entretanto, costumam ser bastante curtos, o que, de um modo geral, deve levar a uma assistemática nos fenômenos documentados. Ainda assim, podem ser uma fonte importante para a identificação de fatos linguísticos de natureza diversa.

De um modo geral, os dados do ALiB podem fornecer várias informações morfossintáticas sobre o PB. Atualmente, os seguintes fenômenos têm sido objeto de levantamento para a elaboração de cartas linguísticas para os próximos volumes do atlas e dissertações ou teses⁷:

- artigos diante de nomes próprios (pesquisadores: Marilúcia Oliveira, Alcides Lima, Abdelhak Razky, Bianca Pravatti, Silvana Ribeiro).
- tu/você como sujeito (pesquisadores: Valter Romano, Felício Margotti, Viviane de Deus, Suzana Cardoso, Marcela Paim, Cibele Alves, Ludinalva Amor, Francieli Mota).
- formas verbais do imperativo (pesquisador: Joseane Oliveira).
- negação sentencial (pesquisador: Rerisson Cavalcante).
- expressões nominais de indeterminação do sujeito (pesquisadores: Tassila Guimarães, Norma Lopes).
- concordância nominal (pesquisadores: Alessandra Bassi, Felício Margotti).
- concordância verbal (pesquisadores: Dinah Callou, Aline Farias, Bruna Martins).

Muitos outros fenômenos gramaticais estão completamente de fora da metodologia e do banco de dados criado pelo levantamento do ALiB, o que é

⁷ Informações de acordo com o Controle de Análises, disponível no site do projeto.

perfeitamente natural. O objetivo do ALiB não é nem poderia ser fornecer dados para a investigação sistemática de todos (ou da maioria d)os fatos morfossintáticos do PB, mas sim realizar fotografias gerais sobre a diversidade linguística do PB, a partir das quais outros trabalhos de investigação mais detalhados podem ser conduzidos, em perspectiva monográfica ou mesmo geolinguística.

Outro aspecto importante para os formalistas é a ausência de julgamentos sobre a aceitabilidade sobre os fenômenos por parte dos falantes, algo essencial para os estudos gramaticais sincrônicos.

O perfil traçado aqui tem o objetivo de chamar a atenção dos formalistas para as possibilidades de investigação e documentação dialetal **sistemática** dos fenômenos gramaticais.

Para tanto, na próxima seção, trato do exemplo de alguns projetos de atlas sintáticos de línguas europeias, construídos a partir da associação entre gramática gerativa e geolinguística.

4. Atlas sintáticos europeus: linguística formal e dialectologia

Trato aqui, de modo bastante resumido, de três projetos de atlas sintáticos de línguas da Europa, a saber:

- i) o Atlas Sintático dos Dialectos Holandeses (SAND), realizado por Sjef Barbiers e outros.
- ii) o Atlas Sintático da Itália Setentrional (ASIS), de Paola Benincà, Cecilia Poletto e outros.
- iii) e o Atlas Sintático do Espanhol (ASinEs), de Alba Cerrudo, Ángel Gallego, Anna Pineda, Francesc Roca e outros.

4.1. Atlas sintático dinâmico dos dialetos holandeses (DynaSAND)

Segundo Barbiers et al. (2007), SAND — *Syntactic Atlas of the Dutch dialects* (Atlas Sintático dos Dialectos Holandeses; <http://www.meertens.knaw.nl/sand/zoeken/index.php>) foi desenvolvido a partir de dados de 267 dialetos da Holanda e da Bélgica, através de três instrumentos de coleta:

- (i) entrevistas orais.
- (ii) entrevistas por telefone.
- (iii) e entrevistas por correio.

A metodologia consistiu na apresentação de sentenças para que os falantes nativos ou traduzissem para seus dialetos locais ou informassem se elas ocorriam

(produtivamente, raramente) neles. As figuras 2 e 3, abaixo, exemplificam as perguntas voltadas para o informante identificar a ocorrência/não-ocorrência do fenômeno no seu dialeto; e para a identificação da produtividade ou frequência relativa entre diferentes construções.

Figura 2: Teste de julgamento de aceitabilidade. DynaSAND. Fonte: Barbiers et al (2007)

In some dialects we encounter sentences such as:
 Misschien ga'k 'et (e) (k) ik wel krijgen
 Betekenis: Misschien gaik het wel krijgen
 meaning: "maybe, I'll get it"
 (i) Do you encounter sentences such as (1) in your local dialect?
 Yes/No

Figura 3: Teste de julgamento relativo. SAND. Fonte: Barbiers et al. (2007)

		Encounter	Uncommon-common
a.	Ik weet dat Jan hard <i>moet kunnen werken</i> I know that Jan hard,must, can, work	yes/no	1 - 2 - 3 - 4 - 5
b.	Ik weet dat Jan hard <i>moet werken kunnen</i>	yes/no	1 - 2 - 3 - 4 - 5
c.	Ik weet dat Jan hard <i>kunnen moet werken</i>	yes/no	1 - 2 - 3 - 4 - 5
d.	Ik weet dat Jan hard <i>kunnen werken moet</i>	yes/no	1 - 2 - 3 - 4 - 5
e.	Ik weet dat Jan hard <i>werken kunnen moet</i>	yes/no	1 - 2 - 3 - 4 - 5
f.	Ik weet dat Jan hard <i>werken moet kunnen</i>	yes/no	1 - 2 - 3 - 4 - 5

Os informantes selecionados possuíam entre 55 e 70 anos e pertenciam à classe média baixa. Isso mostra uma aproximação maior com a metodologia mais tradicional da geolinguística, que priorizava informantes mais velhos e com menor escolaridade e menor mobilidade, de modo a coletar aspectos característicos dos dialetos locais. Note o leitor que a metodologia do ALiB, por exemplo, com mais de uma faixa etária (e, nas capitais, mais de um nível de escolaridade) se afasta do perfil tradicional, entrando na fase conhecida como geolinguística pluridimensional.

As entrevistas por correio representaram uma fase preliminar da pesquisa, em que foi realizado um estudo inicial para se obter uma primeira impressão

quanto à distribuição das variáveis. Nessa fase, 424 sentenças-testes foram apresentadas a 368 informantes, gerando cerca de 156 mil respostas.

A principal fonte dos dados para o SAND foram as entrevistas orais, conduzidas *in locu*. Estas proporcionaram cerca de 45 mil respostas. Além disso, antes de cada entrevista, há 10 minutos de diálogo no dialeto local, conduzido de modo a criar um clima de maior espontaneidade na condução dos inquéritos, mas que também constituem uma fonte adicional de dados para registro e análises.

As entrevistas por telefone ocorreram com o propósito específico de perguntar novamente por dados não obtidos nas entrevistas orais. Para isso, foram elaboradas novas perguntas, para a complementação dos paradigmas levantados. As consultas por telefone proporcionaram 26 mil respostas (105 sentenças teste aplicadas a 252 dialetos).

Ainda segundo Barbiers et al. (2007), a pesquisa para o atlas focou em fenômenos de quatro domínios sintáticos:

- (a) periferia esquerda da sentença
- (b) periferia direita da sentença
- (c) negação e quantificação
- (d) referência pronominal.

Dentre os fenômenos investigados, estão: concordância no complementizador, redobro do complementizador, redobro do pronome sujeito, sentenças relativas e QU, ordem de palavras em compostos verbais, morfossintaxe verbal, concordância negativa, partículas negativas, distribuição de pronomes e reflexivos.

4.2. Atlas Sintático da Itália Setentrional (ASIS)

De acordo com Benincà e Poletto (2007), para a elaboração do ASIS — *Atlante Sintattico dell'Italia Settentrionale* (Atlas Sintático da Itália Setentrional), foi montado, inicialmente, um primeiro *questionário geral*, contendo 100 sentenças para testar a distribuição e aceitabilidade dos sujeitos clíticos em diferentes contextos (negação, interrogação, exclamação, relativas, com verbos principais e auxiliares; em combinação com vários tipos de sujeitos: nulos resultantes de traços de movimento QU, pronomes tônicos, DPs definidos e indefinitos, quantificadores, em posição pré- e pós-verbal).

A comparação e o controle de dados gramaticais e agramaticais recebeu bastante importância na elaboração dos métodos do ASIS. Dessa forma, segundo

as autoras, o questionário geral, mesmo focando em um fenômeno específico, iria prover informações sobre vários outros fenômenos, como: tipo sentencial, morfossintaxe de itens QU; negação sentencial; a sintaxe e o léxico dos quantificadores; o sistema verbal de tempo e modo.

Este primeiro questionário foi escrito e foi aplicado a linguistas, falantes dos dialetos a serem examinados, para feedback e refinamento das questões. Posteriormente, foram elaborados dois outros *questionários gerais*, voltados para a testar os seguintes fenômenos: clíticos objetos e grupos de clíticos; seleção de auxiliares; modais e modalidade; complementação.

Esses questionários gerais foram aplicados aos informantes oralmente, de modo a controlar a interação entre aspectos sintáticos e semânticos/pragmáticos. A aplicação deles resultou também na descoberta de vários novos fenômenos, envolvendo, por exemplo, partículas sentenciais e tipo oracional; QU in situ e redobro de QU; Do suporte em interrogativas matrizes; tipos distintos de marcadores negativos pré- e pós-verbais.

A partir dos fatos documentados por meio dos questionários gerais, foram construídos questionários especiais, para levantar as restrições e condicionamentos sintáticos dos fenômenos descobertos.

4.3. *Atlas sintático do Espanhol (ASinEs)*

O ASinEs — Atlas Sintáctico del Español (<http://www.asines.org>) é, segundo segundo Cerrudo et al. (2015), motivado pela conjugação de gramática gerativa e dialectologia.

Ele se encontra na sua primeira fase de execução, que é a constituição de base de dados a partir da coleta de variação registrada em gramáticas de referencia do espanhol, em teses, monografias e artigos publicados.

As fases posteriores do projeto preveem a ampliação do banco de dados pela realização de trabalho de campo por meio de entrevistas e aplicação de questionários, bem como a consulta a corpora variados que tenham codificação da informação sintática e levantamento de dados de redes sociais.

A metodologia do ASinEs nos coloca uma alternativa para o que pode ser considerada a principal dificuldade na elaboração de um atlas linguístico, que é o seu tempo de execução.

Segundo Mota e Cardoso (2009), que presidem o Comitê Nacional do ALiB,

Uma dentre as dificuldades que se interpedem na construção de um atlas linguístico diz respeito ao tempo despendido na execução da obra. O tempo que demanda a programação, o tempo que requer a coleta de dados, o tempo de que se precisa para exegese e análise dos materiais e, por fim, o tempo, muitas vezes longo e indefinido, que se tem a esperar para que se viabilize a publicação.

Um atlas online pode ser iniciado antes mesmo da coleta de dados *in locu*, a partir do levantamento das várias informações espalhadas, de modo assistemático, por diversos estudos e pesquisas já existentes sobre o PB. Evidentemente, um atlas conduzido exclusivamente por meio da coleta de informações de pesquisas realizadas (e das por realizar) tem limitações na sistematicidade dos fenômenos documentados, o que torna inviável a sua publicação através de meios impressos, dada a necessidade de constante atualização da distribuição dos traços linguísticos. Entretanto, esse procedimento consegue fornecer, em um prazo bem mais curto e um custo financeiro bastante reduzido, as primeiras impressões sobre a distribuição geográfica dos fenômenos, servindo, inclusive, como meio de impulsionar mais pesquisas em sintaxe dialetal.

5. Então, como mapear a sintaxe do PB?

Diante do que foi descrito até agora sobre as lacunas no conhecimento da sintaxe dialetal do PB, bem como sobre as metodologias de levantamento de dados geolinguísticos do ALiB e de três atlas sintáticos europeus, a questão que fica é sobre como conduzir um mapeamento mais detalhado da gramática do PB, a partir da experiência dos projetos anteriores e dos objetivos a serem traçados, considerando, também, a grande diferença de extensão territorial do Brasil em relação a países como a Itália, a Holanda e a Espanha.

Evidentemente, o objetivo desse artigo não é decidir sobre que métodos devem ser seguidos, o que dependerá de maior discussão pela comunidade de pesquisadores interessados na gramática do PB. Entre os objetivos, estava apontar os esforços parciais que já estão sendo conduzidos no âmbito do ALiB, bem como as limitações e lacunas existentes, para levantar a questão sobre a necessidade de uma maior atenção à dimensão diatópica da sintaxe do PB.

Ainda assim, podemos esboçar algumas alternativas iniciais para a realização do mapeamento da variação sintática espacial.

5.1. Um atlas sintático “tradicional”

A primeira opção seria a tentativa de elaborar um atlas especificamente sintático, através de pesquisa realizada *in locu*. Trata-se da opção mais demorada, trabalhosa e custosa. E mesmo para a sua realização, há várias etapas anteriores que deveriam ser cumpridas.

Dialetólogos no início e meado do séc. XX, como Antenor Nascente em seu livro *Bases para a elaboração do atlas linguístico de Brasil*, de 1958, apontavam as seguintes etapas prévias para a construção de um atlas nacional em um país com as dimensões do nosso:

- a. recolha de vocabulário seguindo critérios técnicos.
- b. a elaboração de monografias etnográfico-linguísticas sobre determinadas áreas semânticas e sobre falares;
- c. a elaboração de atlas regionais.
- d. a aplicação nacional de um questionário uniforme para a elaboração de atlas nacional.

Para os fins de um atlas gramatical, a etapa (i) de recolha de vocabulário, claramente, não se aplica. Ela seria substituída pela coleta de fatos morfossintáticos e se confundiria com a etapa (ii), com a elaboração de diversos estudos quanto a temas linguísticos específicos (que não precisariam ser de perfil etnográfico). Essa segunda etapa já tem sido cumprida pela grande quantidade de dissertações, teses, artigos e livros sobre a gramática do PB, elaborados ao longo das últimas décadas.

Por outro lado, as monografias dialetais (sobre o léxico e a fonética) e os estudos gramaticais formais muitas vezes manifestam diferenças consideráveis. As pesquisas sintáticas não necessariamente lidam com corpora gravados ou escritos, muitas vezes lidando com dados de julgamentos de gramaticalidade por parte do autor e de outros informantes consultados através de testes de aceitabilidade. Nesse caso, algumas pesquisas em teoria gramatical não explicitam que dialeto está sendo descrito e analisado. Há uma expectativa de que, até prova em contrário, os fenômenos analisados valem, se não para todo o PB, ao menos para todo o PB urbano ou, no mínimo, para grande parte deste. Isto é uma situação bem diferente do trabalho dialetal lexical ou fonético, em que autores e leitores têm em mente, de modo bastante claro, que as descrições reportadas valem para determinadas localidades, plenamente explicitadas.

Essa falta de informação sobre o dialeto descrito nas pesquisas gramaticais não é geral, pois, simultaneamente, há um considerável número de pesquisas em morfossintaxe, mesmo formal, que lidam com dados de corpora de localidades específicas. Mas, ainda assim, isso é algo a se ter em mente para o mapeamento da gramática do PB: *para que dialetos vale a descrição e análise sintática que seu trabalho oferece, caro linguista?*

A etapa (iii) de elaboração de atlas regionais requer uma consideração mais detalhada. Antes do início do Projeto ALiB, em 1996, foram elaborados seis atlas linguísticos estaduais, a saber:

- a. Atlas Prévio dos Falares Baianos (1963).
- b. Esboço de um Atlas Linguístico de Minas Gerais (1977).
- c. Atlas Linguístico da Paraíba (1984).
- d. Atlas Linguístico de Sergipe (concluído em 1973, publicado em 1987).
- e. Atlas Linguístico do Paraná (1994).
- f. Atlas Linguístico do Ceará (1978, publicado em 2010).

Quando do início do ALiB, outros projetos de atlas regionais estavam em elaboração e vários outros surgiram e tiveram suas primeiras publicações.

O ponto a se considerar aqui é se, para a elaboração de um atlas sintático nacional, seria realmente necessária a realização prévia de atlas estaduais. Parece claro que a variação fonética e lexical será muito produtiva mesmo dentro de limites estaduais e distritais. Não parece tão clara a importância de fazer mapeamentos sintáticos de estados específicos. Os atlas regionais talvez sejam dispensáveis como etapa prévia a um atlas sintático do Brasil.

A não ser, talvez, que consideremos a realização, não de atlas estaduais, mas de atlas realmente regionais, investigando vários estados simultaneamente. Um atlas sintático do nordeste, por exemplo, lidaria já com uma extensão territorial considerável, podendo revelar diferenças gramaticais importantes entre as localidades. Semelhantemente, um atlas sintático do sudeste poderia contrapor o comportamento dos dialetos mineiros (conhecidos por terem um comportamento bem peculiar e distinto do restante do país com relação à sintaxe) com os demais estados, além de lidar com a área mais populosa do país.

Outro modo de realizar atlas regionais seria não lidar com áreas contíguas, mas com pontos descontínuos do território. Um atlas sintático que confrontasse fenômenos gramaticais dos dialetos das capitais e das maiores cidades poderia ser conduzido como etapa anterior à elaboração de um atlas nacional com a investigação de um número muito maior de localidades.

De qualquer modo, seja para a elaboração de atlas regionais ou de um atlas nacional, é preciso ter claros os passos metodológicos a serem adotados até a confecção e publicação das cartas:

- Definição da rede de pontos.
- Definição da quantidade e perfil dos informantes.
- Definição dos fenômenos a serem investigados (que constarão nos questionários).
- Elaboração do esboço dos questionários.
- Aplicação de inquéritos experimentais.
- Refinamento e consolidação dos questionários.
- Treinamento dos inquiridores.
- Aplicação de novos inquéritos experimentais.
- Revisão da metodologia.
- Aplicação dos inquéritos definitivos.
- Transcrição/levantamento dos dados.
- Análise dos dados.
- Elaboração das cartas linguísticas para publicação.

5.2. Um atlas prévio com dados indiretos

A segunda opção seria seguir o exemplo do Atlas Sintático do Espanhol, com a construção de um atlas virtual/online a partir do levantamento de informações sintáticas, semânticas e morfológicas presentes em pesquisas individuais já existentes.

A fonte primária dos dados seriam as várias descrições já feitas em artigos, livros, dissertações, teses etc. Como apontado anteriormente, um atlas desse tipo pode ser levado a cabo em um prazo bem mais curto e um custo financeiro bastante reduzido em relação a um atlas tradicional.

Adicionalmente, um atlas desse tipo pode impulsionar novas pesquisas em sintaxe dialetal, que serviriam, posteriormente, para ampliar a base de dados do atlas.

Além disso, um atlas desse tipo não precisa, necessariamente, ser visto como uma substituição ao atlas tradicional, com levantamento presencial. Pode ser uma etapa anterior para a construção da metodologia de um futuro atlas com coleta e metodologia sistemática.

Por outro lado, um atlas desse tipo tem evidentes desvantagens. Sendo montado por dados de várias pesquisas diferentes, ele perde a sistematicidade

de uma metodologia comum. Também permite a existência de uma grande quantidade de lacunas na distribuição dos traços linguísticos.

5.3. Um atlas com dados levantados à distância

Uma terceira opção seria a construção de um atlas com dados colhidos à distância, em uma variação das pesquisas geolinguísticas conduzidas por correspondência. Nesse caso, não estaríamos lidando mais com cartas em papel, mas utilizando recursos do meio digital para aplicar questionários linguísticos a informantes de diversas localidades.

Como apontado antes, várias pesquisas em sintaxe, morfologia e semântica já fazem coleta de julgamentos de aceitabilidade através de testes enviados por email ou mesmo através de questionários online, através de sites que disponibilizam ferramentas para pesquisas de opinião.

Os questionários por email ou online têm a desvantagem da falta da informação sobre a prosódia atribuída aos dados, mas permitem uma forma mais eficaz de coleta de dados negativos, essenciais em pesquisas gramaticais. Além do mais, é possível adaptar esses métodos para a coleta de julgamentos sobre sentenças gravadas, por exemplo; e/ou para a coleta de enunciações feitas por informantes.

5.4. Um novo e maior banco de dados dialetal

Uma quarta opção para o mapeamento da sintaxe dialetal não envolve a construção de um atlas geolinguístico, mas a construção de um banco de dados de amostras de falas de informantes de diversas regiões.

Tratar-se-ia de um corpus coletivo, ao estilo do NURC, com dados de diversas localidades (em número consideravelmente maior do que as cinco cidades pesquisadas no projeto da década de 1970), para consulta aberta por diversos pesquisadores.

Um banco de dados dessa natureza poderia ser construído de forma descentralizada, por equipes de diversos estados diferentes, realizando as entrevistas linguísticas em suas localidades e em localidades próximas, com o compromisso de compartilhamento de seu corpus com dezenas ou centenas de outros corpora construídos em todo o território.

A consulta aberta a esse grande *corpus* coletivo (aberta a todos ou, ao menos, às equipes que participaram de sua construção) permitiria um progresso contínuo na descrição das diferenças gramaticais entre as diversas regiões do país.

Por outro lado, essa opção tem várias desvantagens. Por serem apenas gravações de conversas livres, com temas semidirigidos, não haveria a coleta sistemática de vários fenômenos que, muitas vezes, dependem de contextos específicos para aparecerem. Também há a limitação da falta de dados negativos e de julgamentos de aceitabilidade das construções sintáticas.

Conclusão

O principal objetivo desse texto foi levantar o tema da necessidade de investigação das diferenças gramaticais internas ao PB, a sintaxe dialetal, a partir da conjugação da perspectiva microparamétrica da gramática gerativa e os métodos da geografia linguística.

Para a realização desse mapeamento dos traços gramaticais na diatopia, quatro opções foram cogitadas, a título de primeira especulação sobre o tema, a partir das experiências do Atlas Linguístico do Brasil e de três atlas sintáticos europeus.

A opção a ser seguida dependerá do debate da questão por parte da comunidade linguística interessada em fenômenos de natureza sintática, morfológica e semântica. À primeira vista, contudo, as opções mais promissoras, inicialmente, são a reunião de informações a partir de pesquisas já publicadas e a coleta de dados à distância, a partir de questionários online com testes de julgamento de aceitabilidade.

Referências

- ALMEIDA, Gilce de Souza. **Quem te viu, quem lhe vê**: a expressão do objeto acusativo de referência à segunda pessoa na fala de Salvador. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal da Bahia, 2009.
- ARAÚJO, Francisco Jardes Nobre de; CARVALHO, Hebe Macedo de. *TE e LHE como clíticos acusativos de 2ª pessoa em cartas pessoais cearenses*. **LaborHistórico**, Rio de Janeiro, n. 1, v. 1, p. 62-80, jan-jun de 2015.
- BARBIERS, S. et al. *The Syntactic Atlas of the Dutch Dialects (SAND): a corpus of elicited speech and text as an online dynamic atlas*. In: BEAL, J.; CORRIGAN, K., MOISL, H. (ed.). **Creating and digitizing language corpora**. V. 1: Synchronic Databases. 2007. p. 54-90.
- BENINCÀ, Paola; POLETTO, Cecilia. The ASIS enterprise: a view on the construction of a syntactic atlas for the Northern Italian dialects. *Nordlyd*, n. 34, p. 35-52, 2007.

- CALLOU, Dinah; BARBOSA, Afranio; LOPES, Célia. O português do Brasil: polarização sociolinguística. In: CARDOSO, Suzana; MOTA, Jacyra; MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. (Org). **Quinhentos anos de história linguística do Brasil**. Salvador: FunCultura, 2006.
- CARDOSO, Suzana; FERREIRA, Carlota. **A dialectologia no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1994.
- CAVALCANTE, Rerisson. **A negação pós-verbal na região sul**. Comunicação apresentada no 13º Workshop do Projeto Atlas Linguístico do Brasil. Universidade Federal da Bahia, 07-09 de dezembro de 2016.
- CAVALCANTE, Rerisson; BARROS, Isis. *Construções de duplo objeto em dois dialetos brasileiros*. **Domínios de Lingu@gem**, v. 6, n. 1, p.477-499, 2012.
- CERUDO, A. et al. ASinEs: Prolegómenos de un atlas de la variación sintáctica del español. *Linguamática*, v. 7, n. 2 - Dez 2015, p. 59-69.
- CHAMBERS, J. K; TRUDGILL, P. **Dialectology**. Cambridge, 1998.
- COMITÊ NACIONAL DO PROJETO ALIB. **Atlas Linguístico do Brasil: questionário 2001**. Londrina: UEL, 2001.
- DUARTE, Inês. *O problema da unificação em Linguística: a resposta generativista*. In: MOURA, M. D.; FARIAS, J. (Org.). **Reflexões sobre a sintaxe do Português**. Maceió: EDUFAL, 2005.
- FERNANDES-SVARTMAN, Flaviane Romani. *A entonação das sentenças clivadas em português brasileiro e a interface sintaxe-fonologia*. **Filologia e linguística portuguesa**, n. 14, v. 1, p. 37-56, 2012.
- FIGUEIREDO SILVA, Maria Cristina; SEARA, Izabel Christine. *Mais sobre a entonação das sentenças com ordem VS*. **Revista Letras**, Curitiba, v. 75/76, p. 171-181, 2009.
- GALVES, Charlotte. *Princípios, parâmetros e aquisição da linguagem*. **CADERNOS DE ESTUDOS LINGÜÍSTICOS**, Campinas, n. 29, p. 137-152, jul/dez. de 1995.
- KAYNE, Richard. *Microparametric Syntax: Some Introductory Remarks*. In: BLACK, James R.; MOTAPANYANE, Virginia. (Org.). **Microparametric Syntax and Dialect Variation**. John Benjamin, 1996.
- MOTA, Jacyra; CARDOSO, Suzana. *A construção de um Atlas Linguístico do Brasil: o percurso do ALiB*. **Signum: Est. Ling.**, Londrina, v. 12, n. 1, p. 237-256, jul. 2009.
- ROMANO, Valter; et al. *[SGVCLin] – Software para geração e visualização de cartas linguísticas*. **Rev. Est. Ling.**, Belo Horizonte, v. 22, n. 1, p. 119-151, jan./jun. 2014

- SIMIONI, Leonor. **Critérios sintáticos para a definição do Português Uruguiaio**. Comunicação apresentada no VI Congresso Internacional de Estudos Linguísticos, Universidade de Brasília, 23 -25 de agosto de 2017.
- SCHER, Ana Paula. **As construções com dois complementos no inglês e no português do Brasil**: um estudo sintático comparativo. Dissertação de mestrado. Campinas (SP): Unicamp, 1996.
- SCHERRE, Maria Marta Pereira; CARDOSO, Daisy Bárbara Borges; LUNGUINHO,
- Marcus Vinicius da Silva; SALLES, Heloísa Maria Moreira Lima. *Reflexões sobre o imperativo em português*. **D.E.L.T.A.**, v. 23, n. especial, p. 193-241, 2007.

Recebido em 1 de setembro de 2017.

Aceito em 26 de janeiro de 2018.